

Pacote em contagem regressiva

Reunião em 28 de outubro detonou fredda na economia

O pacote fiscal começou a ser concebido no dia 28 de outubro, quando os mercados asiáticos arrastaram a Bolsa de Nova Iorque e, aqui, ficou claro que o Brasil poderia ser "a bola da vez", se o governo ficasse paralisado. Com déficit público de R\$ 40 bilhões (razão do corte de gastos e aumento das receitas) e um buraco nas contas externas de US\$ 34 bilhões, o país encabeçava a lista das moedas desvalorizáveis. Portanto, era um terreno onde poderia prosperar um ataque contra a moeda que, de fato, começou.

Naquela noite, foram todos para o Palácio da Alvorada expor o tamanho da crise ao presidente Fernando Henrique. Estavam lá os ministros Pedro Malan, da Fazenda, Clóvis Carvalho, da Casa Civil, Antônio Kandir, do Planejamento, e Gustavo Franco, presidente do Banco Central. Ficou claro que era preciso "travar nas quatro rodas" conta Kandir. Isso significava, de imediato, impor um salto nas taxas de juros para vedar a sangria de saída de dólares do país e, a partir daí, preparar um arranjo fiscal de envergadura, que permitisse conviver com juros altos por um curto espaço de tempo.

Como as desvalorizações de moeda das economias asiáticas tiraram competitividade das exportações brasileiras, e, ao mesmo tempo, a crise produziu uma diminuição de US\$ 1,5 trilhão da riqueza mundial, juros altos e uma reação fiscal não seriam suficientes. O país tinha que frear e diminuir o déficit nas contas externas. Não fazer nada representaria pôr três anos de estabilização a perder.

Cortes – No dia 29, o BC dobrou as taxas de juros e o Planejamento começou a recolher todas as medidas possíveis de corte de des-



Pregão da Bolsa de São Paulo: tensão à espera de ações do governo

pesas para o ano que vem. No dia 4, na reunião da Câmara de Política Econômica, o ministério levou a dimensão do corte de gastos e o aumento de receitas necessário, na casa dos R\$ 20 bilhões, e a impossibilidade de um número dessa magnitude ser obtido só com cortes no orçamento. Era preciso ter aumento de receita – mais impostos – e uma trava das importações, com aumento da Tarifa Externa Comum no âmbito do Mercosul, além de uma injeção nas exportações.

Do dia 5 para o dia 6, a crise financeira internacional piora. O país já havia perdido, só entre os dias 28 e 31 de outubro, US\$ 8,3 bilhões de reservas cambiais. Seguir nesse ritmo significaria torrar as reservas em

dez dias. Os mercados domésticos entraram em total desorientação depois da entrevista coletiva que o presidente concedeu e nada anunciou na área fiscal. O arrocho fiscal, que começava a ser preparado, teve que ser acelerado.

No dia 7, técnicos da Receita Federal e do Tesouro Nacional foram convocados para trabalhar no sábado e domingo e aprontar as medidas. Até aquele momento, de nada sabiam e o secretário da Receita, Everardo Maciel, se encontrava na Espanha. Não dava mais para manter o cronograma e anunciar o pacote fiscal na quarta ou quinta-feira da semana seguinte. O agravamento da situação fez o presidente adiantar sua volta da Venezuela e os minis-

tros da Fazenda e do Planejamento marcaram o anúncio das medidas para segunda-feira de manhã, antes da abertura dos mercados.

Queixas – Como não estavam prontas, foram sendo colocadas no papel ao longo da semana. Ministros que tiveram políticas de suas áreas podadas só tomaram conhecimento do que estava acontecendo após o anúncio. Obviamente, reclamaram por serem vítimas de decisões que não tomaram.

Everardo Maciel também não gostou do que viu, ao chegar de Madri, no domingo à tarde. Mesmo com o anúncio do pacote fiscal, os mercados continuaram nervosos. A Bolsa de Valores só interrompeu a trajetória de quedas sucessivas na quinta-feira, depois de uma ação conjunta do Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários e BNDES.

Como um dos efeitos duros da crise financeira foi estreitar o dinheiro disponível no mundo e, portanto, minguar o ingresso de dólares no país, a saída é exportar mais e importar menos.

Nas contas da área econômica, o déficit da balança comercial de 1998 tem que cair para a casa dos R\$ 5 bilhões, em comparação com os US\$ 9 bilhões estimados para este ano, anunciou o presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros. Com petróleo espera-se economizar mais de US\$ 1 bilhão com importações, através de operações de compra externa com pagamento de produção interna futura de óleo. As importações, seja pela retração da economia seja pelo aumento da Tarifa Externa Comum (TEC) em 3 pontos percentuais, cairiam facilmente uns US\$ 500 milhões. Mas falta crescer mais as exportações.

Kandir chama a atenção para um fato: as exportações de produtos manufaturados aumentaram 18,4% de setembro do ano passado para setembro deste ano. Ele não diz, mas a retração esperada na economia é forte aliada do aumento das exportações. (C.S.)